

II Assembleia Geral Ordinária - SDUL

27 de Fevereiro de 2019

Ao vigésimo sétimo dia do mês de fevereiro de dois mil e dezanove, e não existindo quórum à hora marcada, a Assembleia Geral (AG) Ordinária da SDUL - Associação de Debate Universitário, teve início trinta minutos mais tarde, pelas dezoito horas e trinta minutos, conforme previsto no Código Civil e Estatutos da SDUL - Associação de Debate Universitária, verificando-se então o quórum necessário. A AG seguiu a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apresentação do Relatório Final para o IPDJ;
2. Apresentação de proposta de alteração do Regulamento Interno;
3. Votação da proposta de alteração do Regulamento Interno;
4. Explicação referente ao processo de nomeação de associados de honra;
5. Outros assuntos.

No momento em que se iniciou a AG estavam presentes na sala 12 associados, além dos 3 associados que constituem a Mesa da Assembleia Geral (MAG). Os associados Lourenço Teodoro e Joana Mestre participaram através de procuração passada aos associados Rodrigo Ferreira e Tomás Correia, respetivamente. Os associados Mariana Baptista e Pedro Pacheco participaram na AG através de chamada telefónica.

O Presidente da MAG deu as boas vindas aos associados presentes e tendo em conta a não existência de outros pontos prévios deu início à votação da ata da Assembleia Geral Ordinária, realizada dia 2 de outubro de 2018. A votação contou com 6 votos a favor, 6 abstenções e 0 votos contra.

1. Apresentação do Relatório Final para o IPDJ

Terminada a votação, procedeu-se então ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, a Apresentação do Relatório Final para o IPDJ. Ainda antes do início da apresentação, o Presidente da MAG lembrou a todos os presentes o procedimento a ser seguido relativamente às intervenções, referindo a necessidade de cada elemento que desejasse intervir de levantar o braço no momento apropriado e esperar que lhe fosse dada a palavra.

A apresentação foi levada a cabo pelo Tesoureiro, José Sardinha. A apresentação consistiu essencialmente na exposição e explicação da organização do relatório, bem como clarificação de algumas especificidades. Para além da distinção entre os vários eventos realizados pela SDUL no ano anterior, período a que o Relatório em questão dizia respeito, foram ainda referidas algumas faturas bem como outras características do orçamento. Por último foi referida a importância do Relatório em causa como uma primeira candidatura, que apesar de algumas falhas, tem a sua importância como base para a candidatura seguinte.

O Presidente da Direção, Rui Lemos fez um pedido de intervenção em que esclareceu que ao momento da realização da AG estava em falta uma fatura no Relatório Final nesse momento em discussão, e pediu a todos os presentes que aprovassem o Relatório apesar dessa falha, sob garantia de que essa mesma fatura em falta seria adicionada posteriormente, em forma de anexo, mas antes do envio do Relatório para o IPDJ.

O associado Gonçalo Lúcio pediu para intervir enquanto membro representante do Conselho Fiscal, pedindo que a referida fatura fosse enviada para todos os associados da SDUL, em particular ao Conselho Fiscal, por forma a que pudesse ser reconhecida por todos e para efeitos legais, sob pena de ser necessária a realização de uma nova AG para aprovação da fatura em questão.

O Presidente da MAG interveio, pedindo ao Presidente da Direção que escrevesse nesse mesmo momento um requerimento a retificar a situação da fatura em falta. O requerimento, contendo um pedido de votação do documento sob a condição de que a fatura fosse posteriormente adicionada ao Relatório, foi escrito pelo Presidente da Direção e de seguida aceite pela MAG.

O Conselho Fiscal interveio mais uma vez informando que uma estimativa do orçamento para o presente ano deveria ter sido enviada para o Conselho Fiscal, conforme pedido na AG anterior, e pedindo que essa estimativa fosse enviada o mais brevemente possível.

Não se verificando mais nenhum pedido de esclarecimento, passou-se de seguida à votação para a aprovação do documento em causa. Após a votação verificaram-se 0 votos contra, 20 votos a favor e 0 abstenções.

2. Apresentação de proposta de alteração do Regulamento Interno

Terminado o primeiro ponto da ordem de trabalhos da AG, o Presidente da MAG informou que a reunião iria prosseguir para o segundo ponto da ordem de trabalhos, a apresentação da proposta de alteração ao Regulamento Interno, realizada pelo Presidente da Direção, que explicou em detalhe cada uma das alterações propostas. Após a apresentação deu-se a exposição dos vários pedidos de esclarecimento, que até ao momento final da intervenção do Presidente da Direção perfaziam um total de seis.

Primeiramente o associado Gonçalo Lúcio pediu que cada proposta de alteração fosse votada à vez, ou seja, que se realizasse uma votação por cada artigo do Regulamento Interno, à exceção dos artigos que não sofreram alterações. Este pedido foi concedido pela MAG.

De seguida o Presidente da MAG iniciou o seu pedido de esclarecimento, explicando que todas as decisões tomadas na SDUL em mandatos durante os quais a SDUL não era ainda uma associação oficial não são reconhecidas oficialmente e devem ser ignoradas. Explicou também que a expulsão de algum membro da direção teria como consequência a realização de novas eleições, uma vez que não existem suplentes previstos para os membros da direção e como tal esta não poderia funcionar caso algum membro fosse expulso ou se demitisse. Acrescentou ainda que na sua opinião esta proposta de alteração continuava a falhar naquela que deveria ser a principal função do documento, a regulação da organização como um todo e não apenas da direção. Terminou a sua intervenção pedindo para ser esclarecido quanto à autoria das alterações ao Regulamento Interno agora propostas. O Presidente da Direção respondeu a este pedido de esclarecimento.

A secretária da MAG, Rita Moreira, levantou uma questão em relação ao poder especial atribuído ao Presidente da Direção na decisão relativa à demissão de membros, bem como a possibilidade de associados não membros da Direção participarem nas reuniões da mesma. Estas questões foram mais uma vez respondidas pelo Presidente da Direção.

A associada Sofia Narciso pediu a todos os presentes que refletissem de forma ponderada acerca da inclusão de um artigo no Regulamento Interno que referisse a solidariedade como um dever, considerando que se trata de uma questão excessivamente subjetiva. Acrescentou ainda que, a seu ver, o Conselho Alumni não deveria apoiar exclusivamente o Presidente da Direção, apoiando também outros membros, o que contribuiria para uma menor centralização do poder. O Presidente da Direção respondeu a esta intervenção.

O associado Rodrigo Ferreira manifestou-se contra a possibilidade de elementos que não fazem parte da Direção participarem em reuniões da mesma, justificando que estas pessoas não farão parte do sistema da Direção e por isso estarão imunes a quaisquer sanções, mas que ao mesmo tempo terão a possibilidade de intervir nas reuniões da Direção, o que lhes confere uma espécie de *soft power*. Acrescentou que estava também contra a proposta relativa ao dever de solidariedade. Este pedido de esclarecimento foi mais uma vez respondido pelo Presidente da Direção.

O associado Tomás Correia confessou ter imensas reservas em relação a grande parte das alterações propostas ao Regulamento Interno considerando-as demasiado “presidentocêntricas” e comentando que preferia a adoção de opções que permitissem uma maior horizontalidade na estrutura da SDUL. Para além desta consideração de carácter mais geral fez diversos comentários a vários dos pontos propostos a alteração. Esta intervenção foi também respondida pelo Presidente da Direção.

O Presidente da MAG pediu a todos os presentes que tentassem ser mais breves nas suas intervenções e respeitassem os tempos relembrando que o tempo máximo de intervenção no caso de um pedido de esclarecimento é um minuto, com um tempo previsto de dois minutos para responder a este pedido.

Gonçalo Lúcio reforçou a ideia previamente apresentada por Tomás Correia, de que o artigo terceiro, ponto sétimo, padecia da falta de carácter temporal, considerando “início do mandato” um termo demasiado vago e sugerindo que a primeira AG do ano fosse considerada o ponto de referência. Continuou a sua intervenção mostrando o seu desagrado perante a proposta relativa ao Conselho Alumni, e explicando que o considera uma concentração demasiado grande de poder. O Presidente da Direção respondeu dizendo que não haveria nenhuma concentração de poder relacionada com a adoção das alterações propostas.

Pedro Pacheco fez também uma intervenção sobre o Conselho Alumni, que foi mais uma vez respondida pelo Presidente da Direção.

Rodrigo Ferreira pediu um novo esclarecimento, sugerindo que a maioria de 3/4 proposta para a atribuição do estatuto de membro honorário fosse reduzida para uma maioria de 2/3, justificando esta sugestão com o facto de os eventuais membros honorários serem muitas vezes pessoas que já não se encontram próximas da comunidade da SDUL, pelo que os mais recentes membros não lhes reconheceriam a devida importância e por isso não apoiariam a sua nomeação para membros honorários. Concluiu referindo que discorda da existência do Conselho Alumni, descrevendo-o como um “tacho” que possibilita a ingerência por parte de pessoas externas à direção da SDUL em matérias que competem à mesma. Este pedido de esclarecimento não teve resposta.

3. Apresentação de proposta de alteração do Regulamento Interno

O Presidente da MAG procedeu à leitura do parecer do Conselho Fiscal, enviado pela Mariana Baptista.

Procedeu-se à votação das alterações ponto a ponto, excluindo as alterações que serviam apenas para corrigir gralhas. Os resultados da votação foram os abaixo apresentados:

- Artigo 2º, ponto 1: Votos contra: 1; Votos a favor: 17; Abstenções: 2;
- Artigo 2º, ponto 2.a: Votos contra: 6; Votos a favor: 9; Abstenções: 6;
- Artigo 2º, ponto 2.b: Votos contra: 2; Votos a favor: 11; Abstenções: 8;
- Artigo 2º, ponto 5.a: Votos contra: 2; Votos a favor: 10; Abstenções: 9;
- Artigo 2º, ponto 5.b: Votos contra: 1; Votos a favor: 13; Abstenções: 7;
- Artigo 2º, ponto 5.c: Votos contra: 3; Votos a favor: 12; Abstenções: 6;
- Artigo 2º, ponto 5.d: Votos contra: 9; Votos a favor: 5; Abstenções: 5;
- Artigo 2º, ponto 5.e: Votos contra: 1; Votos a favor: 14; Abstenções: 6;
- Artigo 2º, ponto 6.a: Votos contra: 6; Votos a favor: 9; Abstenções: 7;
- Artigo 2º, ponto 6.b: Votos contra: 1; Votos a favor: 12; Abstenções: 9;
- Artigo 3º, ponto 5: Votos contra: 10; Votos a favor: 3; Abstenções: 8;
- Artigo 3º, ponto 6: Votos contra: 3; Votos a favor: 14; Abstenções: 3;
- Artigo 3º, ponto 7: Votos contra: 10; Votos a favor: 10; Abstenções: 2;
- Artigo 4º, ponto 1.a: Votos contra: 18; Votos a favor: 0; Abstenções: 4;
- Artigo 4º, ponto 2.a: Votos contra: 7; Votos a favor: 12; Abstenções: 3;
- Artigo 4º, ponto 3.a: Votos contra: 13; Votos a favor: 4; Abstenções: 4;
- Artigo 4º, ponto 3.b: Votos contra: 14; Votos a favor: 4; Abstenções: 3;
- Artigo 5º, ponto 2: Votos contra: 1; Votos a favor: 15; Abstenções: 3;
- Artigo 6º, ponto 1: Votos contra: 5; Votos a favor: 10; Abstenções: 6;
- Artigo 7º, ponto 1: Votos contra: 1; Votos a favor: 14; Abstenções: 7;
- Artigo 7º, ponto 2: Votos contra: 4; Votos a favor: 11; Abstenções: 7;
- Artigo 7º, ponto 3: Votos contra: 3; Votos a favor: 11; Abstenções: 7;
- Artigo 7º, ponto 5: Votos contra: 8; Votos a favor: 8; Abstenções: 5;
- Artigo 7º, ponto 6: Votos contra: 12; Votos a favor: 4; Abstenções: 6;
- Artigo 7º, ponto 7: Votos contra: 4; Votos a favor: 9; Abstenções: 8;
- Artigo 7º, ponto 8: Votos contra: 5; Votos a favor: 13; Abstenções: 3;
- Artigo 9º, ponto 1: Votos contra: 13; Votos a favor: 6; Abstenções: 3;
- Artigo 9º, ponto 2: Votos contra: 5; Votos a favor: 10; Abstenções: 7;
- Artigo 9º, ponto 4: Votos contra: 4; Votos a favor: 12; Abstenções: 6;

Todos as alterações propostas foram aprovadas, à exceção das alterações propostas aos seguintes artigos: artigo 2º, ponto 5.d; artigo 3º, pontos 5 e 7; artigo 4º, pontos 1.a, 3.a e 3.b; artigo 7º, pontos 5 e 6 e artigo 9º, ponto 1.

4. Explicação referente ao processo de nomeação de associados de honra

Após a votação, procedeu-se ao quarto ponto da ordem de trabalhos, um esclarecimento acerca da lista de associados de honra, por parte do Presidente da MAG, que mais uma vez lembrou a necessidade de efetuar uma limpeza à atual lista de associados.

5. Outros assuntos

O Presidente da Direcção fez uma última intervenção relativa ao Tornadu (torneio nacional de debate competitivo universitário) realizado duas semanas antes, apelando a que todas as pessoas presentes que sentissem necessidade de expressar o seu descontentamento relativamente a alguma questão relacionada com este evento, o contactassem, ou contactassem a Secretária-Geral da Direcção Mariana Tecedeiro, até dia sete de março de dois mil e dezanove.

Não havendo mais pontos a acrescentar ou esclarecer, o Presidente da MAG agradeceu a todos os presentes e deu por encerrada a AG, às vinte horas e trinta minutos.

A acta foi lavrada no dia 28 de Fevereiro pela Secretária da Mesa Rita Moreira.

Rita Moreira. Tiago Oliveira

(Rita Moreira)

(Tiago Oliveira)